

Daniela Doulavince Amador¹; Ruth Jheraldy Aquino Catacora¹; Larissa Guanaes Santos²; Andreia Cascaes Cruz²; Fernanda Ribeiro Baptista Marques³.

¹Universidade Estadual de Campinas, São Paulo- SP, ²Universidade Federal de São Paulo, São Paulo-SP, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS.

E-mail para contato: ddamador@unicamp.br



Introdução

- ✓ O processo de adoecer infantil traz consigo repercussões que fragilizam e vulnerabilizam criança e família.
- ✓ O câncer infantojuvenil engloba repercussões físicas, psicológicas e financeiras, além da necessidade de apoio social.
- ✓ A legislação brasileira assegura direitos específicos a crianças com doenças consideradas graves, como é o caso do câncer.

Objetivo

Desenvolver um folder informativo com orientações sobre os direitos da criança e adolescente com câncer e sua família.

Método

- ✓ Pesquisa metodológica desenvolvida em duas etapas:
- ✓ Revisão de escopo com base nas recomendações do guia internacional PRISMA-ScR. Para a formulação e orientação da questão norteadora, adotou-se a estratégia População, Conceito e Contexto (PCC), a partir da seguinte pergunta de pesquisa: quais as evidências disponíveis na literatura acerca dos direitos das crianças e adolescentes com câncer e suas famílias no contexto da legislação brasileira?
- ✓ Elaboração do material educativo: foram elaborados os textos baseados no resultado da revisão de escopo, além da arte e desenhos ilustrativos, com o auxílio de um design gráfico.

Resultados

Na revisão de escopo foram incluídos artigos científicos, manuais e protocolos do ministério da saúde e de instituições de cuidado à criança com câncer.



O folder contém informações resumidas, numa linguagem clara e objetiva que permite o rápido acesso à informação, além da disponibilidade dos principais canais de comunicação para a população.

Conclusão

O impacto financeiro ao longo do tratamento do câncer pode agravar as vulnerabilidades sociais. É preciso fortalecer a parceria entre profissionais dos serviços de oncologia pediátrica e da área jurídica no aperfeiçoamento e validação de materiais educativos que possam auxiliar às famílias na garantia dos direitos da criança/adolescente.